



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006985-31.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Exibição - Medida Cautelar**
 Requerente: **Anilda Aparecida da Silva**
 Requerido: **Banco Itaucard S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

ANILDA APARECIDA DA SILVA ajuizou a presente **MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS** em face de **BANCO ITAUCARD S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduziu a requerente, em síntese, que necessita dos documentos que evidenciem o valor principal de sua dívida para com a Instituição-ré, em virtude do contrato que firmou com ela para aquisição do veículo que identificou a fls. 02.

A inicial veio instruída com documentos.

O banco requerido foi citado regularmente, contestou as fls. 194/197 e apresentou documentos às fls. 209/214.

Pela decisão de fls. 230 a requerente foi intimada a esclarecer sua satisfação com a documentação apresentada pelo banco, mas ficou inerte.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

A presente medida cautelar tem caráter satisfativo. Sua finalidade é a exibição e posterior conferência de documentos arquivados em repartição da requerida, que veio aos autos sem negar o dever de exhibir, ou mesmo a existência dos referidos documentos.

Após ser citado, compareceu e apresentou os documentos.

A autora tem legítimo interesse na aludida exibição e intimada a manifestar-se sobre a documentação apresentada, silenciou.

Pelo silenciou da autora, deduz-se sua satisfação.

A presente decisão tem conteúdo meramente homologatório, uma vez que não houve resistência efetiva do requerido em face do pedido inicial.

No mais, alcançada a finalidade sem resistência, não há que se falar em sucumbência.

Isso posto, **JULGO POR SENTENÇA** a presente ação e, isento o requerido do pagamento de encargos da sucumbência, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 15 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**